



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 2917***

*de 19 de dezembro de 2023*

**Instituí o Programa Municipal de Educação Fiscal no Município de  
Corumbá/MS e dá outras providências.**

*O PREFEITO DE CORUMBÁ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu  
sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, do Programa Estadual de Educação Fiscal/MS - PEEF/MS, com o objetivo de promover e institucionalizar a Educação Fiscal como instrumento para a conquista da cidadania, a ser efetivado no âmbito do Município de Corumbá.

**Art. 2º** Considera-se Educação Fiscal, para fins desta Lei, o conjunto de ações mediante as quais o indivíduo e a coletividade constroem valores, conhecimentos e atitudes voltados ao planejamento, à gestão e ao controle dos recursos públicos, de forma responsável, com base no exercício da cidadania e da corresponsabilidade, visando o bem comum, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade social.

**Art. 3º** Dos objetivos do Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF:

- I - Conscientizar os cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos;*
- II - Levar conhecimentos à população em geral sobre administração pública, arrecadação e controle de gastos públicos;*
- III - criar na sociedade um comportamento de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos pelo Poder Público;*
- IV - Promover ações integradas de combate à sonegação fiscal;*
- V - Criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o Cidadão;*
- VI - Promover a conscientização fiscal de todos os segmentos da sociedade, despertando os cidadãos para o exercício da cidadania;*
- VII - contribuir permanentemente para a formação do indivíduo, visando ao desenvolvimento da conscientização sobre seus direitos e deveres no tocante ao valor social do tributo e ao controle social do Estado democrático;*
- VIII - aumentar a eficiência e transparência das receitas e despesas públicas;*
- IX - Propiciar e auxiliar as entidades educacionais e de assistência social do município a participar de programas idênticos a nível estadual e nacional;*
- X - Valorizar o comércio, indústria, prestação de serviços e a produção primária do Município.*

**Art. 4º** O Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF será desenvolvido:

*I - Pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento:*

- a) na articulação geral do Programa;*
- b) na estruturação, regulamentação e custeio;*
- c) na orientação técnica relacionada a tributos, competências de arrecadar, despesas públicas, levantamento e controles estatísticos;*
- d) no desenvolvimento da população em geral;*
- e) na mobilização dos servidores públicos municipais;*
- f) no envolvimento dos Conselhos Municipais constituídos;*
- g) na mobilização dos comerciantes, industriais e prestadores de serviço do Município,*

*II - Pela Secretaria Municipal de Educação:*

- a) Junto aos corpos docentes e discentes e demais servidores da Rede de Ensino Pública ou Privada do Município;*

**Art. 5º** As ações do Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF, poderão ser implementadas por meio de acordos ou convênios com:

*I - A União e o Estado;*

*II - Organizações públicas e,*

*III - entidades e instituições privadas.*

**Art. 6º** Fica criado o Grupo de Educação Fiscal Municipal - GEFM, constituído pelos integrantes abaixo relacionados, sendo um titular e um suplente, dos quais ao menos um deve ser funcionário efetivo, sendo um dos quais como Coordenador Geral:

*I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento;*

*II - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação.*

**Parágrafo único.** Os membros que comporão o GEFM serão indicados pelo respectivo Secretário da Secretaria a que representam.

**Art. 7º** Compete ao Grupo de Educação Fiscal Municipal - GEFM:

- I - Planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa no Município;*
- II - Elaborar e desenvolver os projetos municipais relacionados com a Educação Fiscal;*
- III - Buscar fontes de recursos para implementar e executar o Programa no Município;*
- IV - Buscar apoio de outras Secretarias Municipais, do Estado, da União e de outras organizações visando à implementação do PMEF;*
- V - Implementar as ações decorrentes de suas decisões;*
- VI - Manter projetos de integração municipal entre os participantes do Programa;*
- VII - Estimular a manutenção do Programa no âmbito do Município, subsidiado tecnicamente pelo Programa Estadual de Educação Fiscal e ou Nacional de Educação Fiscal;*
- VIII - Elaborar e produzir material de divulgação e orientação;*
- IX - Documentar, organizar e manter a memória do Programa no Município, no âmbito de sua atuação;*
- X - Estimular as entidades educacionais e de assistência social do Município a participar de programas semelhantes a nível estadual e federal.*

**Art. 8º** As ações e atividades no âmbito do ensino serão normatizadas por meio de resolução editada em conjunto pelo GEFM e pelas Secretarias Municipais que compõem o Programa.

**Parágrafo único.** As demais ações e atividades do Programa serão normatizadas por resoluções editadas pelo GEFM.

**Art. 9º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar serviços ou adquirir materiais, inclusive de divulgação, para o programa, com recursos

*próprios e/ou participação de terceiros, entre as despesas relacionadas ao objeto de que trata esta Lei.*

**Parágrafo único.** *A mobilização dos Servidores Públicos Municipais de que trata o inciso I do Art. 4º, e, compreende, entre outras, a participação em cursos, treinamentos e atividades em horário de expediente ou fora dele, com previa convocação e abono do ponto na forma e regras a serem instituídas.*

**Art. 10** *São atribuições do Coordenador Geral do Programa Educação Fiscal, que será escolhido pelo Chefe do Executivo Municipal entre os membros do Grupo de Educação Fiscal Municipal - GEFM:*

*I - Efetuar o gerenciamento administrativo, técnico e operacional do Programa de Educação Fiscal;*

*II - Analisar, sugerir ajustes e elaborar Projetos de Lei, Decretos, Resoluções e demais normatizações necessárias à operacionalização do programa;*

*III - gerir pela adesão do Município a Programas da União, Estados e Entidades Públicas ou Privadas, relacionadas ao programa;*

*IV - Demais atribuições e competências afins.*

**Art. 11** *Também fará parte dos objetivos do programa de Educação Fiscal, práticas que venham a incrementar as receitas decorrentes do ICMS e do ISSQN, pelo incentivo à emissão dos documentos fiscais, bem como sensibilizar os cidadãos sobre a importância do exercício da cidadania fiscal, por meios da realização de sorteios e premiações aos consumidores finais, pessoas físicas.*

**Art. 12** *As ações previstas nesta Lei serão regulamentadas, no que for necessário, por Decreto Municipal.*

**Art. 13** *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*CORUMBÁ, 19 DE DEZEMBRO DE 2023.*

*MARCELO AGUILAR IUNESPREFEITO DE CORUMBÁ*

---

*Lei Ordinária Nº 2917/2023 - 19 de dezembro de 2023*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*